

Movimento Nossa São Paulo Outra Cidade
1º Encontro Educação para uma outra São Paulo

Temática: Educação Profissional				
Relator: Carmen Sylvia Vidigal Moraes				
Desafios				
<p>(Demanda social: Fórum da Educação da Zona Leste: Promover a correspondência entre a educação e as necessidades básicas da população)</p> <p>Desafios: Democratizar o acesso à formação profissional</p> <p>As políticas de educação, formação e certificação devem ter como meta a luta contra a exclusão, invertendo a tendência ao aumento das desigualdades e permitindo aos menos formados e aos menos</p>	<p>(Demanda social: GT Nossa São Paulo - Ampliar a cobertura no ensino profissional)</p> <p>Desafios: Garantir o acesso e o controle social dos recursos públicos destinados à educação profissional (e à EJA).</p> <p>(Pesquisas indicam que investimos, no Brasil, em educação profissional valor próximo ao investido pelos países centrais. O problema é</p>	<p>(Demanda social: M'Boi : Promover cursos profissionalizantes de acordo com as demandas locais).</p> <p>Desafios: Integrar as políticas de educação profissional às políticas de desenvolvimento locais, regionais e nacional. e às políticas de geração de emprego e renda.</p> <p>A formulação dessas políticas pressupõe conhecer a economia local, sua inserção na economia</p>	<p>(Demanda social: Fórum de Educação da Zona Leste: Fomentar a criação de incubadoras de projetos juvenis que façam uso de tecnologias).</p> <p>Desafios: promover processos educativos de qualidade que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados como potenciais de desenvolvimento local e regional .</p>	<p>(Demandas sociais: APEOESP – Implementar uma política de educação tecnológica profissionalizante, fundamentada no ensino, na pesquisa e na extensão, e voltada à formação de profissionais criativos, críticos, capazes de pensar, decidir e resolver problemas).</p> <p>Ao mesmo tempo, o Plano Nacional de Educação reivindica: “Modificar as normas que regulamentam a formação de pessoal docente ligada à educação profissional de forma a aproveitar e valorizar a experiência profissional dos formadores”</p> <p>Desafios: Ausência de programas de formação de</p>

<p>qualificados o acesso à escolaridade e a qualificações superiores. Nessa perspectiva, os dispositivos de formação e certificação devem diversificar seu atendimento de maneira a responder a demandas sociais diferenciadas - a dos trabalhadores empregados, a da inserção profissional de jovens, a dos desempregados de longa duração, as provenientes das diferenças de sexo e etnia, promotoras de desigualdades marcantes nas relações de trabalho e no acesso à qualificação profissional.</p>	<p>que os recursos públicos estão pulverizados em um sem fim de projetos e programas espalhados nos ministérios, estados, municípios, promovidos pela iniciativa privada, pelo Sistema “S” ou por instituições da sociedade civil).</p>	<p>regional e nacional, o movimento do emprego-desemprego, as novas ocupações, as mudanças na organização do trabalho nos diferentes setores econômicos – indústria, serviços, comércio, a oferta de formação existente</p> <p>Ausência de procedimentos e metodologias de produção de dados e informações sobre a realidade da economia nacional, regionais e, sobretudo, das locais, necessárias à problematização e planejamento da educação/formação profissional, à construção dos itinerários formativos ocupacionais.)</p> <p>(Independente de sua qualidade, estudos como a RAIS , ou Cadastro Geral de Empregados e Desempregados– CAGED / MTE, não trazem</p>	<p>formadores para a educação profissional, em particular, para a formação profissional inicial e continuada.</p> <p>(Hoje, como conquista dos movimentos sociais – de educadores e popular – conseguiu-se construir o consenso de que a universidade deve formar, nos cursos de licenciatura, os profissionais para as diferentes áreas de conhecimento da escola básica (conforme LDB, 1996). No entanto, em que pese a importância política dessa proposição/ medida, a proposta de formação dos professores do ensino profissional e tecnológico permanece ainda indefinida no que se refere às áreas específicas. Se a universidade deve encarregar-se da formação de professores das áreas de formação geral (ciências humanas, exatas e biológicas), a formação para as áreas específicas</p>
--	---	---	--

		informações sobre o setor informal, e apresentam os dados de forma muito agregada, por setor de atividade, que pouco informam sobre as ocupações. A Pesquisa Nacional a Domicílio /PNAD tem como vantagens – ser representativa do estado, e apreender os setores formal e informal. No entanto, não apresentam informações sobre os municípios).		(mecânica, eletrotécnica/ elétrica) não é dada na Universidade. É preciso então providenciar a criação de Licenciaturas para capacitar esse tipo de profissional. Há, na verdade, três problemas a resolver: definir os perfis dos profissionais, como formá-los e quem forma).
Estratégias de Solução				
Integrar a formação profissional inicial à educação básica, (ao sistema nacional de educação): associar à EJA a oferta de cursos de formação profissional inicial; e avaliar e certificar a formação do indivíduo, independentemente das vias que seguiu para obter a formação.	Constituição de Centros Públicos de Educação e Formação Profissional (centros de educação e cultura popular), rede de todas as instituições que utilizam recursos públicos com garantia de controle, acesso e uso públicos). No caso do Sistema "S", de financiamento público e gestão privada, deve ser providenciada a sua gestão pública, como	Organização de Observatório local/ regional de situações de trabalho e da formação, de gestão paritária, responsável pela produção de informações e análises sobre a realidade da economia, das situações de trabalho, e da oferta da formação profissional. Tal Observatório teria a atribuição de subsidiar o	Que os programas municipais estimulem e viabilizem a organização de incubadoras orientadas, mas não restritas ao desenvolvimento local; que superem o viés assistencialista e compensatório, e, em conjunto com os CEFETS, ETES e Universidades, realizem processos educativos de	Implementar políticas públicas que definam e promovam a formação de formadores para a educação profissional, em suas diferentes modalidades e níveis de ensino (em particular para a formação profissional inicial e continuada). O que implica em primeiro lugar, na definição e regulamentação legal desses cursos, com a viabilidade administrativa e

	exigência da democratização da oferta da formação continuada/aprendizagem.	planejamento da educação/ formação profissional, na elaboração dos Catálogos (ou Repertórios) de Qualificação, instrumento descritivo da realidade do mundo do trabalho.	qualidade que propiciem aos jovens pobres: a base tecnológica necessária ao domínio das tecnologias de ponta, integradas e integradoras aos novos conhecimentos; a apropriação de saberes técnicos voltados para a realização de atividades dirigidas à “cidade”, atividades sociais relacionadas ao meio-ambiente, ao lazer, à saúde, ao trânsito , etc.	financeira de os CEFETs e FATECs virem a formar esses professores por meio dessas licenciaturas.
Integrar as ações das secretarias da educação, do trabalho e do desenvolvimento, com o objetivo de promover as interfaces das políticas públicas respectivas. Ter no planejamento estratégico um instrumento indispensável de articulação das ações municipais, inclusive prevendo a alocação de recursos inter-secretarias.	Implementar, na administração municipal, um processo de descentralização de decisões, a partir do fortalecimento e criação de conselhos e comissões, enquanto canais de participação da sociedade civil/ movimentos populares na definição e controle das políticas públicas.	Abandonar o “modelo das competências” como parâmetro da organização curricular na educação profissional de nível médio e na formação profissional inicial e continuada (Reivindicar revisão da LDB e elaboração de novos Parâmetros/Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional)	Buscar incluir a dimensão conceitual do trabalho no projeto pedagógico do sistema municipal de educação (o <i>trabalho</i> como noção ordenadora da proposta pedagógica de ensino integrado, ou escola unitária, para a educação básica de nível médio, incluindo a modalidade EJA, que deve ter como eixo central a articulação entre ciência/conhecimento, cultura e trabalho).	Implementar, na política municipal, um sistema público de certificação de conhecimentos que promova o reconhecimento e aproveitamento social dos conhecimentos das pessoas – profissionais aposentados, desempregados, que estão na informalidade, etc – de forma a incorporá-los no ensino de jovens como tutores, monitores, orientadores de estágio, etc.

